

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação

**Assunto: Audição da Ministra da Cultura, do presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e da Comissão de Trabalhadores da RTP.**

Depois da recente denúncia pública de uma deliberação do Conselho de Administração da RTP, sobre a alienação, em 2016, da antiga estação emissora da RDP, em Miramar, por 1.751.000,00 euros e que entretanto colocada à venda por de 12,3 milhões, acresce agora uma outra questão, de idêntica natureza, que se prende com os planos urbanísticos projetados para os terrenos do próprio Centro de Produção do Norte, no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia.

O Partido Social Democrata tomou conhecimento, através da Subcomissão de Trabalhadores da RTP Porto, de que o Conselho de Administração pretenderá alienar 2/3 dos atuais 45 mil m<sup>2</sup>, que atualmente compõem aquele Centro de Produção, onde trabalham três centenas trabalhadores.

Primeiro a Comissão de Trabalhadores, e mais recentemente esta Subcomissão de Trabalhadores, deliberou em plenário exigir, do Conselho de Administração da RTP, *“esclarecimentos cabais sobre uma operação urbanística e projetos de requalificação das instalações do Monte da Virgem”*, após a recusa reiterada deste órgão em clarificar *“uma operação de alienação de terrenos com o alegado fito de financiar a requalificação e reequipamento técnico deste Centro, responsável por quase 40%, do Serviço Público de Media”* e 50% de todo o serviço informativo da RTP, que corresponde a 10 horas de emissão diária.

Ainda segundo outros comunicados, emitidos por esta Subcomissão, a direção do Centro de Produção do Norte confirmou a existência daquela intenção, *“à margem da sua intervenção direta”*, depois de ter negado perentoriamente, há cerca de um ano atrás, a existência de quaisquer projetos ou a alienação de terrenos.

<b>ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA</b>	
Divisão de Apoio às Comissões	
CCC	
N.º Único	652929
Entrada/Saida n.º	38/2020
Data	2020 / 03 / 11

Os documentos referem ainda que o Conselho de Administração *“fala numa operação de melhoramento da solução urbanística”* e que *“fonte da autarquia de Vila Nova de Gaia ter também confirmado que um projeto deu entrada nos seus serviços a 31 de janeiro de 2020”*.

Ainda se pode ler num dos comunicados que, *“há cinco resoluções, aprovadas na Assembleia da República, na defesa da manutenção do Centro de Produção do Norte, da sua valorização e da não alienação dos seus terrenos, apresentadas pelo PS, PSD, BE, PCP e CDS”*.

Confrontado com este facto, em ponto prévio apresentado pelos Vereadores do PSD, na última reunião do executivo, realizada no passado dia 2 de março, o presidente da Câmara de Gaia confirmou existir a intenção da RTP alienar *“uma tira de terreno, sem utilidade, onde só cresce mato”* e a entrada, nos serviços municipais, um pedido de informação genérica dirigida aos serviços para análise, que não um pedido de informação previa, nem um pedido de licenciamento de qualquer operação urbanística sobre os terrenos.

Ora, o Centro de Produção do Norte, da RTP, é um dos mais importantes centros de produção de conteúdos radiofónicos e televisivos da Península Ibérica e seguramente o de maior preponderância a norte do Tejo. A sua existência desde 1959, tem sido preponderante para a vida da região Norte. Para além de ter estado na vanguarda da descentralização da produção nacional pública de conteúdos para rádio e televisão, é também o único estúdio de produção televisiva dos canais generalistas, sediado fora da Área Metropolitana de Lisboa.

Acresce ainda o impacto direto e indireto do Centro de Produção do Norte no crescimento da economia local e do contributo fundamental para a cultura e para a educação, desde há mais 60 anos, através da criação de emprego, mas também gerando postos de trabalho em inúmeras empresas prestadoras de serviços, complementada pela promoção de uma rede de produtores de televisão e rádio, da emissão do serviço da tele escola, da produção de centenas de peças de teatro e da valorização de fornecedores no domínio da eletrónica, das telecomunicações ou da comunicação, a partir da Área Metropolitana do Porto.

Exemplo disso, é a produção dos programas Praça da Alegria, Jornal da Tarde e o Jornal 2, emitidos a partir de Vila Nova de Gaia, para todo o território nacional.

A possibilidade de um Conselho de Administração, nomeado há menos de dois anos, proceder a uma nova operação de alienação de património, desta feita correspondente a parte

substantial dos terrenos do Monte da Virgem, o que inclusivamente implicará a demolição do estúdio C, uma das peças mais importantes do atual Centro de Produção, é motivo de grande preocupação para o PSD, sobretudo porque esta decisão terá consequências nefastas, prejudicando de forma definitiva, a consolidação da atividade da RTP, no Norte do País.

Acresce que esta operação urbanística, certamente norteeda pela grande pressão imobiliária do local, afeta o crescimento da produção atual e contraria a relevância estratégica que o Centro de Produção reassumiu desde 2015, no âmbito da atividade da operadora pública de rádio e televisão.

Importa ainda referir que, confinar o Centro de Produção do Norte a um 1/3 do espaço atual, é também prejudicial para modernização do serviço público de televisão, nomeadamente para o desafio da transição digital.

Está na memória de todos e não queremos ver repetido, em Vila Nova de Gaia, o mau exemplo das alienações, a retalho, do património valioso que a RTP detinha no Lumiar, que obrigaram ao encerramento da atividade RTP e à locação de novas instalações, com os inerentes encargos de rendas.

Finalmente, importará que a tutela, principal acionista da RTP, informe o verdadeiro propósito da alienação, esclarecendo se esta resulta da implementação de algum plano de investimento previsto para o Centro de Produção do Norte ou de uma reestruturação da produção de conteúdos, no âmbito de qualquer decisão estratégica do Conselho de Administração.

Assim, face ao exposto, e em complemento ao requerimento anterior, o Grupo Parlamentar do PSD vem requerer, com carácter de urgência, a audição parlamentar à Ministra da Cultura, ao presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e à Comissão de Trabalhadores da RTP.

Palácio de São Bento, 11 de março de 2020

Deputado(a)s,

José Cancela Moura

Alberto Fonseca

Alberto Machado



GRUPO PARLAMENTAR

Álvaro Almeida

António Cunha

Catarina Rocha Ferreira

Hugo Carneiro

Márcia Passos

Maria Germana Rocha